

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)

DESPACHO

DOCUMENTOS – APENSAMENTO.

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

O inquérito foi instaurado para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com os 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; artigo 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da de nº 7.492/1986.

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao investigado Eduardo da Costa Paes, que não detém prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo.

INQ 4435 / DF

A Primeira Turma, em 19 de setembro de 2017, deu provimento ao agravo interno formalizado por Eduardo da Costa Paes para determinar o retorno dos autos a este Tribunal, viabilizando a apuração conjunta dos fatos em investigação.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Ofício GPGJ nº 1.288, de 14 de novembro de 2017, envia os autos do procedimento MPRJ nº 2017.00778077, alusivos aos documentos originados do desmembramento, para sequência no Supremo. Destaca a manifestação do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção – GA ECC/MPRJ, na qual postulada a remessa das peças a este Tribunal, ante a notícia do julgamento do agravo.

A Procuradora-Geral da República, mediante a petição/STF nº 77.284/2017, requer o apensamento dos documentos recebidos, encadernados no Supremo sob o protocolo nº 70.961/2017, para a continuidade das apurações, de forma conjunta, em face de ambos os investigados.

O inquérito encontra-se com vista à Procuradoria-Geral da República, desde 11 de novembro de 2017.

2. Juntem.

3. Promovam o apensamento do avulso protocolado sob o nº 70.961/2017 aos autos do inquérito.

4. Publiquem.

Brasília, 31 de janeiro de 2018.

Ministro MARCO AURÉLIO.

Relator